

## OS ANOS DOURADOS DO CAPITALISMO: Breve Abordagem sobre o Crescimento Capitalista

---

Jaime Graciano Trintin\*  
Sandra dos Reis M. Rossoni \*\*

---

### Resumo

A economia mundial, após a Segunda Grande Guerra, alcançou taxas recordes de crescimento. Nesse período, o PIB mundial cresceu 4.9% ao ano. No entanto, embora espantoso, esse crescimento só foi notado em um período de tempo bem posterior aos anos gloriosos. As profundas mudanças institucionais, realizadas especialmente no que respeita ao papel do Estado, que passou a intervir maciçamente na economia, exerceram um poderoso efeito estimulante sobre o ritmo de crescimento econômico. No final da década de 1960, entretanto, começaram a surgir os primeiros indícios de desaceleração do crescimento econômico, até então sustentado nas políticas macroeconômicas keynesianas e no chamado estado de bem-estar social. O esgotamento desse longo período de crescimento econômico deu margem a diversas interpretações que serão discutidas neste trabalho.

### Abstract

The worldwide economy, after the Second World War, reached record rates of growth. In that period, the world gross internal product (GIP) increased 4.9% a year. However, although it was

amazing, that growth was just realized right after to the glorious days. The deep institutional changes, achieved specially concerning to the State, that started to interfere massively in the economy, performed a powerful stimulating effect on the rhythm of economical growth. At the end of the 60's, however, it started to appear the first clue of disacceleration of the economical growth, till then supported in the so called well-being social state. The exhaustion of that long period of economic growth was interpreted by several ways that will be discussed in that work.

### Introdução

Este trabalho tem como objetivo apresentar, mesmo que de modo breve, os fatores condicionantes do rápido crescimento das economias capitalistas em meados deste século. Isso se justifica, tendo em vista que este período influenciou de modo decisivo os rumos das economias latino-americanas principalmente, pelo fato de que elas serviram de “modelo” de desenvolvimento até período bastante recente de nossa história, haja vista que desde políticos, acadêmicos e estudiosos do terceiro mundo, principalmente nas décadas de sessenta e setenta, “sonharam” com a possibilidade de o capitalismo periférico alcançar padrões de desenvolvimento semelhantes ao apresentado pelas

---

\* Docente da UEM.

\*\* Docente da UNIPAR. Mestre em Fundamentos da Educação.

economias desenvolvidas. As discussões normalmente enfatizavam o aspecto totalitário e excludente do capitalismo que se desenvolvia na periferia, como sendo o fator responsável pela não realização dessas conquistas. Portanto, pairava no ar a perspectiva de que, em um estágio mais avançado do capitalismo periférico, reinaria a social democracia, em última instância, o Welfare State na periferia.

Entretanto, a análise a partir dos “anos de ouro” do capitalismo revela que esse período foi uma exceção e não uma regra do sistema econômico capitalista, e que o sonho da social democracia, para a periferia, parece estar fadado ao esquecimento. Assim, é com esta preocupação que procuraremos, neste trabalho, evidenciar os fatores determinantes do longo crescimento econômico capitalista no imediato pós-guerra, período esse denominado de “anos dourados” ou “era de ouro do capitalismo”, bem como apontar alguns aspectos da crise do sistema.

## 1. Os Anos Gloriosos do Capitalismo

Depois da Segunda Grande Guerra, a economia mundial passou a desfrutar de um longo período de prosperidade, alcançando, durante as décadas de 1950-1960, taxas recordes de crescimento. Nesse período, o PIB mundial cresceu a 4,9% ao ano, taxa que adquire toda a sua relevância, se a compararmos ao crescimento do período de 1896-1951, quando o PIB aumentou apenas 2,21% ao ano. O setor manufatureiro liderou esse processo de crescimento. No entanto, apesar desse crescimento espantoso, ele só foi notado em um período de tempo bem posterior aos anos gloriosos. Isso se explica, segundo HOBBSAWM (1997), por dois principais motivos: o primeiro é que tais transformações não

ocorreram com a mesma intensidade em todos os países. Para os Estados Unidos esse processo de crescimento já se observava desde os períodos da Grande Guerra, e aquela já era uma economia desenvolvida, visto que muitas transformações que estavam ocorrendo na Europa e Japão, já se faziam notar nos Estados Unidos desde os anos trinta deste século; o segundo, quando as transformações eram percebidas, normalmente eram associadas à reposição daquilo que havia sido destruído pela guerra e não por uma transformação na estrutura produtiva da economia. Entre os países industrializados de economia de mercado, o Japão foi o que mais cresceu, seguido pelos países da Europa Ocidental e pelo Canadá, sendo que as taxas mais baixas de crescimento corresponderam aos Estados Unidos da América. Porém, isso ocorreu porque os demais países partiram de uma base industrial bem menor que a americana. Os ramos industriais que lideraram tal processo de crescimento foram a metalmeccânica (especialmente bens de consumo duráveis, bens de capital e automóveis) e a química, em particular a petroquímica.

Assim, esse padrão de crescimento parecia ser resultado de uma nova revolução industrial à medida em que “novos” produtos e em grande quantidade davam a tônica ao crescimento econômico da época, ou seja, caracterizado pela massificação do consumo de bens duráveis<sup>1</sup>. Portanto, houve uma modificação no padrão de consumo da população que se assemelhava cada vez mais ao “modo de vida americano”.

Esse novo padrão de desenvolvimento exigiu uma nova organização das empresas similar, à ocorrida na economia americana desde o início do século, com a implantação do modelo fordista de produção. Os elementos principais desse modelo, segundo

<sup>1</sup> Ver, Hobsbawm (1977, p. 260-261); É interessante observar que antes dos anos 50 os bens duráveis de consumo não faziam parte do consumo da grande maioria da população européia.

MICHEL (1995: 3), são:

a) o petróleo barato, junto com os materiais energético - intensivos, especialmente os plásticos;

b) a grande empresa manufatureira como sendo a mais adequada a esse novo padrão;

c) a posição central que assume a atividade metalmeccânica, principalmente a indústria automobilística.

Como a Ford foi a pioneira na implantação desse sistema, esse passou a ser denominado de fordismo. Em poucas décadas, a fabricação de automóveis dessa empresa estabeleceu o padrão tecnológico para a produção de bens de consumo duráveis, bem como o padrão de organização industrial para os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Segundo, HOBBSAWM (1997: 259).

De início, essa espantosa explosão da economia pareceu apenas uma versão gigantesca do que acontecia antes; por assim dizer, uma globalização da situação dos EUA pré-1945, tomando esse país como um modelo de sociedade industrial capitalista. E de certa forma era mesmo. A era do automóvel há muito chegara à América do Norte, mas depois da guerra atingiu a Europa e, mais tarde, mais modestamente, o mundo socialista e as classes médias latino-americanas.

Assim, o crescimento desse período foi formado sobre a base da II Revolução Industrial e resultante, em última instância, da reestruturação tecnológica industrial, comercial e financeira do mundo capitalista. No entanto, a alteração da estrutura produtiva e tecnológica por si só não determinou um modo de desenvolvimento e sua capacidade de generalização. Segundo, MATTOSO (1995: 26).

Pelo contrário, foi necessário, por um lado, que se consolidasse o contra movimento da luta de classes e que ele se tornasse capaz de impor mudanças na forma de gestão econômica, no papel e estrutura do estado, na relação salarial e no padrão de consumo.

As profundas mudanças institucionais, realizadas especialmente no que respeita ao papel do estado, que passou a intervir maciçamente na economia, exerceram um poderoso efeito estimulante e mantenedor do ritmo de crescimento econômico. Além dos instrumentos de política monetária e fiscal, o estado também passou a regular/administrar o capitalismo, ou seja, promoveu uma verdadeira reforma no capitalismo. Em outros termos, através de suas ações, passou a planejar e coordenar o processo de industrialização e ou modernização das economias capitalistas. Além disso, assumiu a expansão e manutenção do nível da demanda agregada até atingir o nível de atividade próxima do pleno-emprego. Assim, o estado toma para si a responsabilidade de garantir o crescimento econômico e incorporar a classe trabalhadora nesse processo, daí gerando seu compromisso com a seguridade social e o pleno-emprego.

Esse compromisso do estado tornou-se importante por duas principais razões: a primeira, é que, à medida em que as famílias tinham um horizonte de renda sem interrupções devido ao seguro desemprego, aposentadorias garantidas quando da velhice, etc., tornou-se possível o planejamento dos gastos para um longo período de tempo, isto é, criaram-se garantias quanto ao endividamento das famílias, portanto, permitindo sua participação no consumo de bens duráveis de consumo. Como afirma GALBRAITH (1967) em *O Novo Estado Industrial*.

Nenhum homem faminto e sóbrio pode ser convencido a gastar seu último dólar em outra coisa que não comida. Mas uma pessoa bem alimentada, bem vestida, bem abrigada e em tudo mais bem cuidada, pode ser convencida a escolher entre um barbeador e uma escova de dentes elétrica. Juntamente com preços e custos, a demanda do consumidor se torna sujeita à administração. (Apud: HOBBSAWM, 1997: 253).

Dessa maneira, a garantia de renda futura permitiu o endividamento e estimulou a produção desses bens. No entanto, esse processo de crescimento podia esgotar-se, à medida em que se

esgotasse o mercado, o que forçava de um lado a substituição dos bens e a diversificação da produção de duráveis. Por outro, isso também exigia a própria manutenção da renda e da estabilidade. Entretanto, isso foi possível porque, ao criar os fundos de aposentadoria, seguro desemprego, etc., muitos desses recursos não foram utilizados em decorrência do próprio crescimento econômico, portanto, criando condições para que esses fossem canalizados para o financiamento do crescimento.

Assim, a criação de um conjunto de instrumentos mais diretos, tais como: o sistema de crédito ao consumidor, certas disposições sobre o funcionamento do mercado de trabalho, a generalização do salário mínimo legal, a universalização do sistema previdenciário público e, nos países industrializados, a adoção do seguro desemprego, constituem exemplos dessa nova política estatal. Dessa forma, o fundo público, em suas diversas formas, passou a ser o pressuposto do financiamento da reprodução da força de trabalho, atingindo globalmente toda a população por meio dos gastos sociais. “A era do ouro democratizou o mercado”.

Simultaneamente a esse novo enfoque que atribuía ao estado importante papel na manutenção do equilíbrio econômico e das taxas de crescimento no interior de cada estado-nação, foram celebrados alguns acordos internacionais que redundaram na criação de organismos internacionais, voltados à regulação das relações políticas, comerciais e financeiras entre os estados, como ONU (Organização das Nações Unidas), GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), FMI (Fundo Monetário Internacional) e BIRD (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento). Além da intenção declarada de prevenir a repetição de crise econômica tão catastrófica como a ocorrida nos anos 30, e de evitar guerras comerciais entre as nações industrializadas do mundo capitalista, tais organismos, principalmente os três últimos, tinham também a finalidade de favorecer o crescimento baseado na produção em massa e a expansão dos investimentos e do comércio internacional.

Nas palavras de BELLUZZO (1995: 12): para evitar a repetição do desastre, era necessário, antes de tudo, constituir uma ordem econômica internacional capaz de alentar o desenvolvimento, sem obstáculos, do comércio entre as nações, dentro de regras monetárias que garantissem a confiança na moeda-reserva, o ajustamento não deflacionário do balanço de pagamentos e o abastecimento de liquidez requerido pelas transações em expansão. Tratava-se, portanto, de erigir um ambiente econômico internacional destinado a propiciar um amplo raio de manobra para as políticas nacionais de desenvolvimento, industrialização e progresso social.

Ainda segundo esse mesmo autor, o acordo de Bretton Woods não saiu como desejado pelos seus principais mentores John Maynard Keynes e Harry Dexter White, respectivamente representantes da Inglaterra e dos Estados Unidos da América. Keynes morreu em 1946 antes da implantação de Bretton Woods; e Dexter White, após o término da guerra, foi investigado e chegou a ser acusado de 'atividades anti-americanas', depois da tomada do poder pelos republicanos.

O plano Keynes era bastante audacioso para a época, uma vez que propôs a criação de um Banco Central dos bancos centrais, a Clearing Union, com uma moeda própria, o Bancar, que serviria de referência para todas as demais moedas nacionais. O Clearing Union deveria implementar a promoção automática dos países superavitários para os países deficitários, ou seja, pressupunha uma distribuição mais “equitativa do ônus do ajustamento dos desequilíbrios dos balanços de pagamentos entre deficitários e superavitários”. Portanto, o objetivo era criar um sistema financeiro que garantisse o crédito aos países deficitários, para que eles se desenvolvessem, visto que a reconstrução da Europa representaria um imenso mercado para a economia americana que saiu da Segunda Guerra como credora do resto do mundo e superavitária em suas relações comerciais.

Por sua vez, o plano White, pelo menos

originalmente, previa a criação de um Banco Internacional e de um Fundo de Estabilização. Em conjunto, administrariam os fundos e os proveria de acordo com o desenvolvimento do comércio entre os países-membros, bem como seriam mais flexíveis quanto ao ajustamento dos déficits do balanço de pagamentos. Ambas as propostas sofreram restrições, prevalecendo a idéia de que a “regulação de liquidez e de empréstador de última instância ficasse com o Federal Reserve”. Portanto, com o dólar sendo a moeda de referência em nível internacional.

Nesse sentido, BAER, et. al. (1995: 81), aponta:

A função efetiva desse acordo, mais que ditar todas as regras, foi instituir a hegemonia dos EUA no âmbito monetário internacional. Ao se determinar em Bretton Woods que o ativo de reserva internacional seria o ouro, devido à situação pós-guerra, na qual os EUA detinham dois terços das reservas mundiais de ouro, o acordo sancionava o predomínio do dólar como moeda de vinculação internacional.

É interessante observar que, para muitos autores, esse período de crescimento se deu basicamente em função dos maciços gastos públicos. No entanto, segundo GOODMAN (1994), apesar de os gastos públicos serem importantes, embora não o tenha sido do mesmo modo para os Estados Unidos, para os países da Europa e para Japão, o fundamental foi a criação de um novo regime monetário no pós-guerra, que passou a regular o sistema financeiro internacional, isto é, a oferta de moeda e do crédito. Assim, estas mudanças são oriundas principalmente da expansão do crédito, uma vez que o “Federal Reserve” (FED), tornou-se o grande empréstador em nível internacional e, ao mesmo tempo, o controlador da oferta de moeda. Em outros termos, a oferta de moeda torna-se elástica, dado que não é mais restrita ao ouro disponível. É interessante observar que o acordo de Bretton Woods, desde o princípio, foi desrespeitado, pois ainda supunha uma conversibilidade do dólar ao ouro. Porém, na prática, a expansão dos meios de pagamento tornou-se muito mais flexível e dependeu

apenas da necessidade dos agentes em desejar moeda, isto é, da demanda por moeda. Assim, se aumenta a demanda de moeda, a oferta se ajusta às necessidades dos agentes, podendo inclusive expandir à frente da demanda. Assim, no pós-guerra, o Banco Central é o agente monetizador do sistema; é ele quem viabiliza os próprios gastos públicos e privados. Enfim, praticou-se essencialmente uma política Keynesiana.

Assim, coube aos Estados Unidos promover os ajustes necessários para a retomada do crescimento no imediato pós-guerra, principalmente através do Plano Marshall, o que implicou em uma desvalorização das demais moedas em relação ao dólar e, como conseqüência, para a expansão das exportações dos países europeus e do Japão, bem como para a retomada do crescimento do comércio internacional. Além disso, os EUA, através dos déficits no balanço de pagamentos, garantiu a liquidez necessária ao sistema internacional e, portanto, criando condições para a retomada do crescimento econômico mundial nos anos 50 e 60.

Posto isso, é importante também ressaltar que a expansão da economia capitalista, durante esse longo período, deveu essencialmente ao que HOBBSAWM (1997) denominou de “construção política”, visto que, na sociedade capitalista se desenvolveu uma praxe de que os trabalhadores e os empresários deveriam cooperar e, portanto, fazer concessões, enquanto o estado tinha como papel primordial administrar os conflitos. Isso só foi possível, segundo o autor, devido à lembrança da Grande Depressão, à memória da catástrofe gerada pela guerra e do nazismo e, principalmente, devido à guerra fria, representada pela ameaça do avanço comunista sobre a Europa. Em outros termos, é o fator político o elemento fundamental que permitiu uma série de mecanismos e de regulação econômica.

Quanto ao primeiro aspecto, foi indispensável não somente o crescimento e fortalecimento dos sindicatos de trabalhadores, mas também sua participação na luta política geral e o estreitamento da relação com os partidos políticos. O modelo inglês de luta sindical, caracterizado pelo imediatismo de

suas reivindicações, passou a ser seriamente questionado. Um novo padrão de relação entre capital e trabalho emergiu juntamente com o crescimento de uma poderosa classe trabalhadora da indústria produtora de artigos em massa, cujas lutas articularam-se ao movimento de reação ao liberalismo econômico, imperante no final do século XIX início do século XX.

Dentro desse novo quadro, o estado passou a garantir as condições mínimas para a reprodução da força de trabalho e, numa política articulada com os sindicatos, procurou compatibilizar a oferta de trabalho aos ritmos e modalidades da acumulação capitalista. Essa nova política permitiu que os níveis salariais e a capacidade de consumo dos trabalhadores se tornassem compatíveis com o novo padrão tecnológico e com a produção industrial em massa.

A contratação coletiva de trabalho foi uma prática comum dessa nova forma de relação entre capital e trabalho e é apontada pelos estudiosos como um dos principais fatores a contribuir não só para sustentação da demanda dos níveis de emprego, como também de renda da classe trabalhadora, conforme MATTOSO (1995: 38).

O salário, então determinado através da contratação coletiva, deixou de ser considerado exclusivamente um custo para as empresas; tornou-se, crescentemente um elemento da demanda global, e conjuntamente com a legislação do salário mínimo, teve importante papel na elevação do padrão de consumo. No anos 50 e 60, nos principais países capitalistas avançados, os salários e seu poder aquisitivo cresceram de maneira considerável e quase ininterrompida.

Outro aspecto é que esse mecanismo de contratação coletiva “de forma negociada” permitiu aos empresários um planejamento quanto aos custos futuros, principalmente em relação aos custos com o trabalho. No entanto, foi somente após a Segunda Guerra Mundial que essa fórmula jurídica de contrato de trabalho se generalizou.

Assim, nos Estados Unidos, os salários

semanais reais entre 1947 e 1973 aumentaram em média ao elevado ritmo de 1,84% ao ano. Esse processo, associado à maior participação das mulheres no mercado de trabalho, permitiu o crescimento médio anual da renda familiar de 2,72% a. a. e uma melhora na distribuição familiar da renda. (Idem: 39);

Enquanto isso na Europa, (...) o crescimento anual médio dos salários reais foi ainda mais intenso. Entre 1960 e 1973, a taxa anual de crescimento do salário real para a França foi de 5,0%; para o Reino Unido, 3,3%; para a Itália 6,5%; e para a Alemanha Ocidental 5,3% ao ano. (Idem: 39).

Outro aspecto apontado foi o temor das catástrofes anteriores, e tanto isso é verdade que, no final da década de 40, os EUA mudaram sua política em relação aos países derrotados na Segunda Guerra Mundial. Com o respaldo dos incipientes organismos internacionais citados, os EUA favoreceram a reconstrução econômica européia e japonesa, através do Plano Marshal, com repasse de tecnologias e o seu próprio rearmamento, como forma de preventivamente enfrentar os avanços do comunismo, em meio à crescente exportação de mercadorias norte-americanas e ao endividamento financeiro de todo o mundo. Com a queda das restrições e das tarifas, os mercados europeus tornaram-se mais atrativos à expansão das filiais das grandes empresas americanas, intensificando a concorrência intercapitalista sob a hegemonia dos Estados Unidos. Com essa política, as economias da Europa e do Japão foram internacionalizadas; mas, devido à proteção dos respectivos estados nacionais, esses países conseguiram assegurar a articulação e a modernização de seus capitais nacionais, assim como a expansão de suas filiais em outros países, em competição com os próprios americanos. Assim, esse processo se consolida e converge, porque os Estados Unidos acomodaram os interesses de seus aliados em função da guerra fria e da internacionalização de sua economia. Ou seja, o modelo de produção industrial norte-americano se consolidou e tornou-se paradigma

para as economias capitalistas centrais, alcançando também alguns países da periferia semi-industrializada, como o Brasil.

No final da década de 1960, entretanto, começaram a surgir os primeiros indícios de desaceleração do crescimento econômico, até então sustentado nas políticas macro-econômicas keynesianas e no chamado Estado de Bem-Estar Social. Essa hegemonia americana se desgastou, à medida em que os demais países se articularam e se tornaram mais competitivos. Em outros, é com a diminuição das diferenças entre as economias desenvolvidas, notadamente da Alemanha e do Japão em relação aos EUA, é que enfraquecem os mecanismos gerados no período pós-guerra, os quais possibilitaram o crescimento acelerado do período dos anos dourados.

Assim, na virada da década de 60 para 70, os países capitalistas que adotaram a política econômica keynesiana, começaram a demonstrar indícios de esgotamento da capacidade financeira de o estado sustentar suas políticas sociais e manter o crescimento econômico com o nível da atividade econômica próxima do pleno-emprego.

## 2. O Período de Crise

O esgotamento desse longo período de crescimento econômico deu margem a diversas interpretações. No entanto, o próprio modelo trazia em si sinais de enfraquecimento, os quais também só foram percebidos alguns anos depois. Segundo HOBBSAWM (1997), havia três aspectos que revelavam a fragilidade do sistema e das perspectivas de continuidade do crescimento de modo acelerado. O primeiro refere-se à massificação do consumo dos bens duráveis. Ou seja, à medida em que se esgota o

mercado, devido ao esgotamento do ciclo do produto, todo o crescimento da época foi sustentado principalmente pela expansão e disseminação desses bens no mercado europeu e japonês. No entanto, poderia se pensar que esse problema não seria tão difícil de resolver, à medida em que a economia fosse capaz de diferenciar seus produtos, portanto, de gerar produtos “novos”, tecnologicamente mais sofisticados, etc. Nesse sentido, poderíamos mencionar a indústria japonesa que, posteriormente, a partir da base tecnológica implantada, consegue inovar tecnologicamente, gerando produtos “miniaturizados”, com as mesmas funções, mas com qualidade e praticidade bastante superiores.

Outra característica desse período é que a produção em massa exigia cada vez mais o aumento da escala de produção e, conseqüentemente, uma maior mobilização de capital por trabalhador. Assim, havia uma estreita dependência entre o crescimento da produção e os ganhos obtidos com ela. Em outros termos, a produtividade deveria aumentar na mesma proporção para manter os lucros sobre o capital; mas não basta produzir, é necessário também vender a produção e, nesse período, chamado de idade de ouro do capitalismo, a rivalidade intercapitalista não era tão acirrada e os oligopólios americanos tinham condições bastante favoráveis, se comparado aos demais, em termos de escala de produção, tecnologia, organização das empresas, etc., o que permitiu seu crescimento<sup>2</sup>. Assim, na medida em que as diferenças vão se estreitando, a competição torna-se mais acirrada; à medida em que as empresas européias e japonesas assimilaram o padrão tecnológico e o aperfeiçoaram, bem como modificaram a própria organização de suas empresas, cada vez mais se aprofundou a tendência de diminuição das receitas, ou devido a uma diminuição nos níveis de preço, caso não muito propenso a acontecer, ou devido a uma

---

<sup>2</sup> Para uma maior discussão das vantagens dos EUA em relação aos principais países desenvolvidos, ver Van der Vee (1986, p. 224).

elevação dos preços com vistas a manter e/ou elevar o "mark-up". Assim sendo, toda a convergência dos anos dourados começa a ruir em decorrência de uma maior competição intercapitalista.

Um terceiro elemento é que a própria hegemonia americana passou a ser questionada fortemente, quando as diferenças econômicas deixaram de existir, principalmente à medida em que os outros países, Alemanha e Japão, tornaram-se mais competitivos e passaram a conquistar maiores espaços no mercado internacional e romper com os mecanismos criados durante o período de auge. Esse enfraquecimento americano se fez notar através da queda do acordo de Bretton Woods e do déficit da balança comercial americana. Aliados a isso, a inflação e o crescente questionamento em relação à capacidade de o estado garantir o Estado de Bem Estar Social.

Nesse sentido, MATTOSO (1995: 40), argumenta que a tal crise estrutural, cuja manifestação foi a desarticulação do padrão de desenvolvimento norte-americano, resultou do esgotamento dos "impulsos dinâmicos" do modelo de industrialização então vigente. Para o autor, esse esgotamento manifestou-se no enfraquecimento da capacidade dinâmica do progresso técnico, na saturação de mercados internacionalizados, no sobre-investimento generalizado, na crescente financeirização da riqueza produzida e no enfraquecimento da hegemonia norte-americana.

Isso ocorreu, ainda segundo o autor, porque os Estados Unidos, ao apoiar a recuperação econômica do Japão e da Europa Ocidental e liderar a consolidação do padrão de desenvolvimento característico do pós-guerra, acabaram, paradoxalmente, criando as condições para o esvaziamento de sua própria hegemonia. Sob o guarda-chuva protetor de Washington, o chamado Mundo Ocidental experimentou um surto de extraordinário desenvolvimento econômico, possibilitando o ressurgimento da Alemanha e do Japão como vigorosas potências econômicas. Com a recuperação econômica do Japão, da Alemanha e dos demais países industrializados da Europa Ocidental

(principalmente Itália e França) e a emergência de novos países industrializados (Brasil, os chamados Tigres Asiáticos, China, etc.), houve uma sensível redução do peso relativo da economia norte-americana em âmbito mundial. Além disso, com o processo de recuperação e de crescimento da economia no pós-guerra, produziu-se um cenário de crescente internacionalização dos mercados, dos sistemas produtivo e financeiro, tendo como consequência uma redução significativa da eficácia das políticas sociais e, com isso, colocando em xeque o compromisso social construído no pós-guerra.

Para OLIVEIRA (1988), a origem da crise do Estado de Bem Estar Social ou Previdenciário estaria no aumento desmedido das despesas públicas.

As despesas públicas, destinadas à educação, à saúde, às pensões e outros programas de garantia de recursos aumentaram durante os vinte últimos anos no conjunto dos países da OCDE, quase duas vezes mais rapidamente que o PIB e elas foram o elemento dominante no crescimento das despesas públicas totais: desde 1960, elas passaram, no conjunto dos sete maiores países da OCDE, de cerca de 14% a mais de 24% do PIB (1988: 9).

Essa média resultou de evoluções, país por país, (...) de 19% para 26% na República Federal da Alemanha, de 16% para 25% na França, de 16% para 23% na Itália, de 16% para 30% na Holanda, de 16% para 28% na Bélgica; entre 1969 e 1981, de 18% para 27% na Dinamarca e de 15% para 22% na Inglaterra. (Idem: 9-10).

Segundo o autor, o padrão de financiamento público do Estado-Providência é o responsável pelo continuado déficit público nos grandes países industrializados. É esse padrão, portanto, que entra em crise. O rompimento do círculo do Estado-Providência, em termos keynesianos, é devido, em primeiro lugar, à internacionalização produtiva e financeira da economia capitalista. A política econômica keynesiana funcionou, enquanto a reprodução do capital, os aumentos de produtividade e a elevação do salário real se circunscreveram aos limites da territorialidade nacional. Ainda, para



Francisco de Oliveira, deve-se assinalar que essa circularidade foi possível, graças ao padrão de financiamento público do "*Welfare State*", um dos fatores que levaram à crescente internacionalização.

Mas ultrapassados certos limites, a internalização produtiva e financeira dissolveu relativamente a circularidade nacional do processo de retro-alimentação. Pois desterritorializam-se o investimento e a renda, mas o padrão de financiamento público do "*Welfare State*" não pôde desterritorializar-se. Em outras palavras, a circularidade anterior pressupunha ganhos fiscais correspondentes ao investimento e à renda que o fundo público articulava e financiava; a crescente internacionalização retirou parte dos ganhos fiscais, mas deixou aos fundos públicos nacionais a tarefa de continuar articulando e financiando a reprodução do capital e da força de trabalho. Daí que, nos limites nacionais de cada uma das principais potências industriais desenvolvidas, a crise fiscal ou "o que um ganha é o que o outro perde" emergiu na deterioração das receitas fiscais e para-fiscais (previdência social, por exemplo), levando ao déficit público. (idem, 1988: 12).

Ainda segundo o autor, a retração desse ciclo de desenvolvimento tornou evidente a progressiva saturação dos mercados internos de bens de consumo duráveis, provocando um acirramento da concorrência intercapitalista e a emergência da crise fiscal e inflacionaria, reduziu a capacidade de investimento do estado e das empresas privadas. Alguns ramos, tais como materiais de construção, produtos siderúrgicos e as indústrias eletromecânicas, desaceleraram o seu crescimento. Por outro lado, mostrando a heterogeneidade dos diferentes ramos do setor produtivo, nesse mesmo período, ocorreu um crescimento em outros ramos como: madeira, papel e celulose, indústrias químicas, têxteis, vestuário e couro. Porém, a crise do período e a forte elevação de preço em 1973-1974 complementaram a tendência à desaceleração, generalizando a queda das taxas setoriais de crescimento e levando as economias dos países industrializados, no biênio 1974-1975, para a primeira grande recessão do pós-guerra.

Segundo COUTINHO & BELLUZZO (1983), é necessário considerar alguns aspectos de suma importância, principalmente a questão de que houve um esgotamento da "onda shumpeteriana larga" que se difundiu no imediato pós-guerra, na forma de um pacote de inovações. Essas inovações se manifestaram na nova forma de relação salarial, financiamento do consumo e, principalmente, na capacidade de o sistema colocar no mercado novos produtos, com destaque para os bens duráveis de consumo. No entanto, o mais importante a ser destacado é que o dinamismo desse processo de crescimento, verificado nos anos gloriosos, foi proporcionado por um processo muito importante de inovação de produto, o qual possibilitou ao sistema oferecer novos produtos e, assim, ampliou a capacidade de acumulação do sistema com a incorporação da classe média e grande maioria dos trabalhadores assalariados no consumo de bens duráveis.

Esse processo de inovação, em grande medida, resultou de um pacote tecnológico gestado antes mesmo da Segunda Guerra. No entanto, em meados da década de sessenta, esse processo inovador começou a dar sinais de esgotamento, visto que as inovações passaram ser mais incrementais e com menor impacto sobre a atividade econômica. Assim, o esgotamento do mercado de bens duráveis de consumo não foi mais superado através da colocação no mercado de novos produtos e ou rejuvenescimento de produtos já existentes. Os setores onde havia inovações tecnológicas apresentam baixa capacidade de difusão, portanto, de proporcionar estímulos dinâmicos para o conjunto da economia. Com isso, o processo de acumulação de capital começou a perder impulso e a desestimular a própria atividade econômica.

Outro aspecto da crise é que ela corresponde a uma dissolução do modo de regulação dos capitalismo nacionais, a qual permitiu ao sistema manter baixas taxas de juros, câmbio estável e grande expansão do crédito para as empresas e famílias, possibilitando-as ao maior endividamento e, assim,

sustentar elevadas taxas de crescimento. Em outros termos, a capacidade de consumo da sociedade foi sustentada através do crédito e não apenas porque houve um crescimento da massa salarial ou dos ganhos reais de salários que cresciam de acordo com os ganhos de produtividade. O crédito foi, sem sombra de dúvidas, o elemento dinamizador/innovador como entendido na interpretação schumpeteriana. Assim, esse longo período de crescimento só foi possível, enquanto se garantiu a estabilidade monetária e cambial, que foram assentadas no acordo de Bretton Woods. No entanto, com a formação do euromercado, o circuito financeiro internacional escapou ao controle dos bancos centrais, além do que a economia capitalista já estava internacionalizada, gerando um processo interno no desenvolvimento capitalista que começou a destruir, de fora para dentro, o então sistema de regulação existente. Ou seja, desencadeou-se nesse período um processo de dissolução da ordem econômica internacional que se refletiu fortemente nas economias nacionais e nas suas formas de regulação. Assim, a crise é muito mais um produto do esgotamento do pacote tecnológico e da crise do sistema financeiro internacional, que se manifestou na crise do dólar e em um excesso de liquidez no mercado internacional movido pelo euromercado, do que, como apontam alguns autores, do declínio acentuado da produtividade.

Uma outra visão é a que defende, como causa fundamental da crise do período, o *profit squeeze*, (aperto nos lucros). Segundo essa versão, a crise nasceria de um aperto nos lucros devido à aceleração

dos aumentos do poder aquisitivo dos salários. Ou seja, o aumento do salário provocou um acréscimo do custo salarial por unidade, reduzindo as margens de lucro. Isso decorreu do fato de os trabalhadores começarem a se impor através de sindicatos fortes e passarem a exigir aumentos salariais em tempos de declínio da produtividade que se obteve às custas de intensas imobilizações de capital, resultando em taxas de lucros menores. Por sua vez, os aumentos salariais implicavam em maiores custos para as empresas que repassavam para os preços.

Associa-se a isso o fato de o comércio internacional ser mais intenso, com crescente acirramento da competição intercapitalista. Isso significa que tornava cada vez mais difícil às empresas repassarem os aumentos de custo (matérias-primas, energia e, principalmente, salários) para os preços finais. Esses aumentos de custos decorriam das pressões salariais, devido à elevação do custo de vida, e ao aumento do preço das matérias-primas, principalmente. Desse modo, os setores que mais perderiam nesse processo, seriam aqueles mais defasados tecnologicamente.

Na verdade o que de fato ocorreu é que não foram os aumentos salariais acima da produtividade que causaram um aperto nos lucros, detonando a crise, mas o lucro caiu por que os investimentos no período diminuíram em função das expectativas de acumulação dos capitalistas. Uma maneira interessante de evidenciar esse processo é através dos esquemas de departamento de Kalecki, conforme **TABELA 1**.

Onde DI representa o departamento produtor

DI	DII	DIII	
P1	P2	P3	P
W1	W2	W3	W
I	Cc	Cw	Y

**TABELA 1:** Esquemas de departamento de Kalecki

de bens de investimento DII o departamento produtor de bens de consumo dos capitalistas e DIII o

departamento produtor de bens de consumo da classe trabalhadora. No esquema, P representa os lucros

brutos nos respectivos departamentos e  $W$  os salários nos respectivos departamentos, os quais dependem do nível de produção. Supõe-se também que os insumos são produzidos pelos próprios departamentos. Desse modo,  $I$ ,  $C_c$  e  $C_w$  representam o produto final de cada departamento.

Assim, a renda é composta do seguinte modo:

$$Y = L + W$$

$Y = I + C_c + C_w$  e, considerando que os trabalhadores gastam toda renda em consumo:

$$W = C_w ; \text{então:}$$

$$P_3 = W_1 + W_2$$

Supondo também que os gastos dos capitalistas sejam constantes de um ano para outro ( $I$  e  $C_c$  são constantes), assim os lucros tendem também a ser constantes, vejamos:

$$I + C_c + C_w = Y = P + W$$

como  $C_w = W$ , então:  $P = I + C_c$

Ou seja, os lucros no sistema são determinados pelos gastos em investimento e consumo dos capitalistas e não em decorrência da diminuição dos salários. Assim, é devido a uma diminuição dos investimentos que se tem uma redução dos lucros, visto que os lucros do presente são uma consequência dos investimentos realizados no passado.

Através desse esquema, é possível verificar que o aumento dos salários provoca um aumento da produção do Departamento III, produtor de bens de consumo para a classe trabalhadora, bem como os próprios trabalhadores quando em que satisfazem suas necessidades de consumo no DIII, podem também direcionar seus gastos, enquanto sua renda permite, para a compra de bens no DII, produtor de bens típicos do consumo dos capitalistas. Além disso, os maiores gastos da classe trabalhadora no DIII, desencadeia um processo dinâmico de acumulação que se expande para os demais departamentos, enquanto os capitalistas desse departamento realizam seus gastos, tanto no DI, comprando novos bens de capital, quanto no DII, comprando bens típicos de seu consumo.

Dessa maneira, se há uma diminuição dos investimentos, considerando que o consumo dos capitalistas se mantenha constante, e que os salários reais tenham se elevado, não se pode afirmar que o produto caia em demasia, pois o aumento do consumo dos trabalhadores, devido ao seu efeito multiplicador, faz o produto aumentar e, assim, compensa a queda dos investimentos. Portanto, acreditamos ter demonstrado que a tese do esmagamento dos lucros como sendo a causa determinante do esgotamento do crescimento no período dos anos dourados do capitalismo, carecem de maior fundamentação.

## Conclusão

Observa-se, nas análises apresentadas, que há uma clara evidência de que o longo período de crescimento apresentado pelas economias capitalistas centrais decorre de dois aspectos principais. O primeiro, da capacidade de o sistema econômico responder, de modo dinâmico, às crises. Isto é, de sua capacidade de inovar e gerar novas necessidades ao conjunto da sociedade, mas principalmente na criação de mecanismos que permitem e permitiram, nesse período, o financiamento da própria acumulação de capital, mecanismos jamais imaginados pela grande maioria de economistas de início deste século. O segundo, é quanto à possibilidade de incorporação da grande maioria da população nas benesses do sistema. Em nosso entendimento, isso só foi possível em função da grande orquestração política realizada no período, que tinha como objetivo central romper com as lembranças da crise anterior à guerra e do próprio conflito em si, mas também confrontar “o modo de vida americano” à alternativa do “socialismo real”, como apontou brilhantemente Hobsbawm.

Quanto à crise do período, resta-nos apenas descartar a visão simplista, segundo a qual ela ocorreu devido ao maior poder de barganha da classe trabalhadora que passou, com suas lutas, a estreitar os lucros no sistema. Como foi visto, a acumulação

de capital depende das próprias decisões dos capitalistas. Por outro lado, a crise resulta de outros aspectos, principalmente do desgaste da construção política de Bretton Woods e do esgotamento do ciclo de ondas largas de inovações ao modo schumpeteriano.

No mais, apenas podemos dizer que o “sonho” da periferia transformou-se em “pesadelo”, restando-lhe a possibilidade de “acordar” e trilhar seus próprios caminhos.

## Bibliografia

01. AGLIETTA M. **El fin de Las Divisas Clave:** ensayo sobre la moneda internacional. Mexico: Siglo Veinteuno, 1987.
02. BAER, M. et. Al. **Os Desafios à Reorganização de um Padrão Monetário Internacional.** Campinas: Economia e Sociedade, n. 4, jun. 1995.
03. BELLUZZO, L. G. M. **O Declínio de Bretton Woods e a Emergência dos Mercados Globalizados.** Campinas: Economia e Sociedade, n. 4, jun. 1995.
04. BLEANEY, M. (1985). **The Rise and Fall of Keynesian Economics:** an investigation of its contribution to capitalism development. London: Macmillan/Mimeo, 1985.
05. BOYER, R. **A Teoria da Regulação:** uma análise crítica. São Paulo: Nobel. 1990.
06. COUTINHO L. G. & BELLUZZO, L. G. M. **Estado, Sistema Financeiro e Forma de Manifestação da Crise: 1929 - 1974.** In: Desenvolvimento Capitalista no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1983.
07. DEREK, H. A. **Historia de La Economia Europea.** Barcelona: Critica, 1989.
08. HOBBSBAWME. **Era dos Extremos:** breve século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
09. KALECKI, M. **Teoria da Dinâmica Econômica.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.
10. \_\_\_\_\_. **Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas.** São Paulo: Hucitec, 1990.
11. LIPIETZ, A. **Miragens e Milagres:** problemas da industrialização no terceiro mundo. São Paulo: Nobel, 1988.
12. MARGLIN S. A. & SCHOR, J. B. **The Golden Age of Capitalism:** reinterpreting the postwar experience. Oxford: Clarendon Press/Mimeo, 1991.
13. MARGLIN, S. A. **A Idade de Ouro do Capitalismo:** um requiem inspirado por Keynes. Brasília: ANPEC, 1986.
14. MATTOSO, J. **A Desordem do Trabalho.** São Paulo: Página Aberta, 1995.
15. MICHEL, R. **Consolidação e Difusão do Padrão de Desenvolvimento Fordista.** São Paulo: ABET, 1995.
16. OLIVEIRA, F. **O Surgimento do Antivalor:** capital, força de trabalho e fundo público. São Paulo: Novos Estudos, n. 22 – outubro, 1988.
17. POSSAS, M. L. **O Projeto da “Escola da Regulação”:** alguns comentários. São Paulo: Novos Estudos SEBRAP, n. 21, julho, 1988.
18. VAN DER VEE, H. **Historia Economica Mundial del Siglo XX:** prosperidade y crisis (Reconstrucion, crecimiento y cambio, 1945-1980). Barcelona: Critica, 1986.